



CONTEXTO PASTORAL

Suplemento
do Jornal
CONTEXTO
PASTORAL nº 20
Maio/junho de
1994

Debate

Assalto ao patrimônio público

Como mais uma estratégia do neoliberalismo, a privatização avança sobre os países do Terceiro Mundo. As consequências desse processo são drásticas: ameaça à soberania nacional, desemprego, miséria e outras. O jornalista Paulo Schilling trata o tema com análise rica em exemplos e dados. Páginas 3 a 20.

**CORRUPÇÃO – UMA
TAÇA QUE EMBRIAGA**
Baseado no livro de Apocalipse, Paulo Roberto García trata bíblicamente o tema da corrupção, com ênfase na sedução do poder econômico e na fidelidade de uma comunidade diante desse poder. Vale a pena conferir. Páginas 21 a 24.



MAIS UMA FACE DO NEOLIBERALISMO

A história não é nova. Desde há muito, os povos dos países periféricos têm ouvido a lhadinha de que o que é bom para o Primeiro Mundo também é para o Terceiro. Nisso se incluem desde teorias e modelos políticos, econômicos e sociais, até moda feminina.

Agora, é a campanha do neoliberalismo, com suas versões sobre a modernidade, que atravessa o Atlântico e chega a nossos países. Naturalmente os efeitos e os resultados da aplicação das receitas do neoliberalismo na Europa não são analisados antes de serem aplicados em rincões latino-americanos, mesmo diante das realidades completamente distintas — e até contraditórias — da Europa rica e da América Latina pobre.

Dentro da estratégia neoliberal, um objetivo tem merecido atenção especial: a privatização. Transferir, das mãos do Estado para empresas privadas, o patrimônio construído com o trabalho e o suor do povo — sem avaliar aspectos como eficiência,



Len Munnik/One World

produtividade e lucros, entre outros — é o grande alvo daqueles que pregam a "modernidade".

Os exemplos de privatização presentes na América Latina, em sua maioria marcados por repressão, ameaça à soberania e radicalismo, demonstram que as promessas que acompanham o processo não passam de falácia e que as consequências são as mais desastrosas. Basta analisar os casos da Argentina, México, Chile e Brasil para perceber que privatização é sinônimo de desemprego, arrocho salarial, liquidação de parques industriais, corrupção, queda na balança comercial, inflação e, em última instância, empobrecimento e miséria.

Privatização, portanto, é um tema que exige uma análise séria e competente, principalmente para perceber os sinais de Morte nela embutidos. Como esta análise, por exemplo, que *Debate* apresenta, tanto no artigo analítico como no estudo bíblico. Trata-se, acima de tudo, de trazer aos leitores dados e reflexões referentes a esse processo, com vistas a desmascarar uma estratégia que se soma a outras no intuito de sacralizar o Mercado e extinguir os direitos sociais da maioria do povo latino-americano. Quase como uma denúncia, o suplemento busca contribuir para o debate e a participação dos cristãos por paz e justiça.

DEBATE

Suplemento do jornal
Contexto Pastoral nº 20
Maio/junho de 1994

Publicação do Centro
Evangélico Brasileiro de
Estudos Pastorais —
CEBEP (Rua Rosa de
Gusmão, 543-13073-120
— Campinas SP
Tel. e fax: 0192-411459)
e do Centro Ecumênico
de Documentação e
Informação — CEDI
(Rua Santo Amaro, 129 —
22211-230 — Rio de
Janeiro RJ
Tel. 021-2246713 e
fax: 021-221-3016)

Neste número:

Editores
Paulo Roberto Salles
Garcia (MTb.18.481)
Magali do Nascimento
Cunha

Editor-assistente

Carlos Cunha

Colaboradores

Integrantes do Projeto
Especial Dívida Externa:
Paulo Schilling
Paulo Tomsic
Cesar Augusto Ribeiro
Alves
Anivaldo Padilha

Conselho editorial

José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Diagramação

Anita Slade

Fotolito e impressão

Tipográfica Comunicação
Integrada

Tiragem

10 mil exemplares

PRIVATIZAÇÃO: LUCROS CONCENTRADOS E PREJUÍZOS SOCIALIZADOS

Paulo R. Schilling

Dentro da estratégia do neoliberalismo — privatização do Estado, abertura das fronteiras econômicas, institucionalização do Mercado como regulador absoluto das atividades econômicas e das relações sociais, extinção dos direitos sociais etc —, a liquidação das empresas estatais constitui um objetivo de fundamental importância. Passar às mãos dos empresários privados e dos monopólios internacionais, por preços ínfimos, o patrimônio das empresas construídas com o sangue, suor e lágrimas dos povos subdesenvolvidos constitui meta tão atraente como a perseguida pelos piratas europeus, os quais, nos séculos passados, assaltavam as naus que transportavam a prata e o ouro tirados de minas latino-americanas. É o negócio do século.

O principal obstáculo à implementação do neoliberalismo é constituído pelas empresas do Estado. As burguesias nacionais, que protagonizaram o processo de industrialização, estão desaparecendo, absorvidas sem resistência pelas tentaculares empresas transnacionais.

A PRIVATIZAÇÃO NO TERCEIRO MUNDO

Nos países do Terceiro Mundo o processo de privatização é ainda mais intenso e profundo do que nos países centrais. Em primeiro lugar porque, em razão da incapacidade total das burguesias nacionais dos países periféricos, o Estado foi forçado a assumir em forma praticamente absoluta o desenvolvimento de setores da economia considerados estratégicos, tanto do ponto de vista da soberania quanto da economia. Sem a participação do Estado — na forma de empresas estatais ou mistas — não se teria verificado o desenvolvimento econômico das últimas décadas.

Depois de haver usufruído, em forma sistemática, intensa, decisiva, dos privilégios proporcionados pelo Estado e pelas empresas estatais (proteção alfandegária, crédito fácil, isenções fiscais, fornecimento de energia, transporte, comunicações e matérias-primas industrializadas por preços abaixo do custo de produção), as burguesias "nacionais" e as empresas transnacionais querem apossar-se do patrimônio das empresas de Estado, construídas com tanto sacrifício pelos povos de nossos países. Depois de mamarem nas tetas da vaca Estado, querem saborear um

suculento churrasco feito com a carne da vaca.

Vejamos como avança a privatização em alguns países-chave da América Latina.

MÉXICO

Como herança política, econômica e cultural da Revolução de 1910, a mais radical até então no planeta, a participação do Estado na economia mexicana foi particularmente intensa, desde a criação, pelo presidente Lázaro Cárdenas, de *Yacimientos Petrolíferos Mexicanos*. A alternativa no México, em razão da inexistência de uma burguesia nacional efetiva e da tremenda pressão expansionista representada pela enorme fronteira com os Estados Unidos, era drástica: exploração pelo Estado ou pelos monopólios norte-americanos. A opção econômica era também política: soberania ou colonização.

Com o colapso da economia mexicana provocado pela dívida externa, o governo de José López Portillo adotou medidas radicais — moratória da dívida externa e estatização do sistema financeiro —, aumentando ainda mais a participação do Estado na economia.

A contra-ofensiva imperialista começaria com uma integração de fato, desde muito an-

tes da criação do Nafta. As cerca de 3 mil "maquilladoras" instaladas ao longo da fronteira (de mais de três mil quilômetros) entre os dois países deram início a um novo sistema de exploração internacional. As sucursais dos monopólios norte-americanos efetuam parte do processo de industrialização no lado mexicano da fronteira. A elaboração das manufaturas, que exigem mais matéria-prima, energia e mão-de-obra barata, não-especializada, e provocam maior poluição ambiental, são realizadas no México, com quase total isen-

fabricados em série em Harvard e em outras super-universidades norte-americanas e depois mandados a "equacionar" as políticas econômicas em nossos países), a entrega passou a ser total. O México tornou-se modelo para os demais países periféricos: "O programa arrojado de reforma e modernização do presidente Salinas é um modelo para os países tanto deste hemisfério como em outros lugares do mundo" (James Baker, Secretário de Estado norte-americano, *Folha de São Paulo*, 10/8/91).

Até fins de 1991, o governo

Hacienda y Credito Publico, US\$ 12,356 bilhões.

A total reestruturação do setor de telecomunicações mostra como os processos de privatização e de desnacionalização estão intimamente vinculados. Em alguns casos as duas operações são simultâneas. Telmex (*Telefonos de México*) foi vendida por US\$ 1,75 bilhão para um consórcio internacional controlado pela norte-americana *Southwestern Bell*. As empresas privadas nacionais surgidas da liquidação do monopólio estatal foram também logo adquiridas pelos monopólios internacionais. Assim, a Iusacell (telefones celulares) teve o controle acionário adquirido por outra *Bell* norte-americana, a *Atlantic*. O governo neoliberal privatiza e o setor privado desnacionaliza. A desestatização conduz assim à liquidação total da soberania.

Informe do citado organismo estatal situa em US\$ 21,045 bilhões o arrecadado, por privatizações, até 1992. Todo o conseguido por Salinas com o descarado "assalto ao patrimônio público" do povo mexicano representa somente 1/4 da fuga de capitais protagonizada pela burguesia "nacional" nas décadas de 1970 e 80 (Informe do Banco Morgan: US\$ 85 bilhões).

A partir de 1985, dentro do receituário neoliberal, as tarifas de importação mexicanas foram reduzidas de 100% para 10/20%. Em consequência, as exportações norte-americanas para o México aumentaram de US\$ 14 bilhões para US\$ 28 bilhões anuais e criaram 400 mil empregos novos... nos Es-

Participação na renda nacional

Países	dos 20% mais pobres	dos 20% mais ricos
BRASIL	2,3	62,9
Botsuana	2,5	59,0
Costa Rica	3,3	54,5
Colômbia	4,0	53,0
Peru	4,4	51,9
Venezuela	4,7	50,6
Jamaica	5,4	49,2

Fonte: *Folha de São Paulo*.

ção fiscal. A parte mais sofisticada da produção, a que efetivamente produz "valor agregado" é realizada nos Estados Unidos. Solução genial... para o vizinho rico.

Segundo o *Financial Times*, "mais da metade dos manufaturados pelo México é produzida por subsidiários de transacionais".

Com a ascensão do presidente Carlos Salinas Gortari (um desses economistas-robôs

mexicano havia privatizado 770 empresas (de um total de 1.150 privatizações autorizadas). Mesmo o sistema bancário, à beira do colapso total em 1982, que fora salvo e consolidado pela intervenção estatal, foi revendido ao setor privado — um caso típico de "socialização dos prejuízos" e posterior "privatização dos lucros". A venda dos bancos teria rendido, segundo a *Secretaria de*

Hacienda y Credito Publico, US\$ 12,356 bilhões.

A total reestruturação do setor de telecomunicações mostra como os processos de privatização e de desnacionalização estão intimamente vinculados. Em alguns casos as duas operações são simultâneas. Telmex (*Telefonos de México*) foi vendida por US\$ 1,75 bilhão para um consórcio internacional controlado pela norte-americana *Southwestern Bell*. As empresas privadas nacionais surgidas da liquidação do monopólio estatal foram também logo adquiridas pelos monopólios internacionais. Assim, a Iusacell (telefones celulares) teve o controle acionário adquirido por outra *Bell* norte-americana, a *Atlantic*. O governo neoliberal privatiza e o setor privado desnacionaliza. A desestatização conduz assim à liquidação total da soberania.

Informe do citado organismo estatal situa em US\$ 21,045 bilhões o arrecadado, por privatizações, até 1992. Todo o conseguido por Salinas com o descarado "assalto ao patrimônio público" do povo mexicano representa somente 1/4 da fuga de capitais protagonizada pela burguesia "nacional" nas décadas de 1970 e 80 (Informe do Banco Morgan: US\$ 85 bilhões).

A partir de 1985, dentro do receituário neoliberal, as tarifas de importação mexicanas foram reduzidas de 100% para 10/20%. Em consequência, as exportações norte-americanas para o México aumentaram de US\$ 14 bilhões para US\$ 28 bilhões anuais e criaram 400 mil empregos novos... nos Es-

tados Unidos. Como a metade das exportações de manufaturados mexicanos é feita por monopólios norte-americanos, pode-se concluir que "economia mexicana" é hoje um eufemismo. O que realmente existe é um pequeno apêndice da economia do poderoso vizinho.

Balanças em déficit

Como consequência da total abertura econômica, o México vem acumulando fantásticos déficits em suas balanças comercial e financeira. Em 1992, as importações superaram em cerca de US\$ 20 bilhões as exportações; em 1993, em US\$ 14 bilhões. Nos nove primeiros meses de 1993, o saldo negativo na balança de pagamento já alcançava US\$ 15,9 bilhões.

Isso apesar da entrada maciça de recursos estrangeiros, entusiasmaticamente saudado pelo presidente Salinas em seu Informe Anual ao Congresso. Ele afirmou que desde sua posse, em dezembro de 1988, o investimento externo no país totalizara US\$ 34 bilhões e que as reservas somavam US\$ 23 bilhões.

O "capital estrangeiro" que está entrando no México (como está acontecendo em outros países da América Latina) é, em grande parte, "repatriação" de parte do que as burguesias nacionais evadiram de seus países. Além de liberar-se das penalidades relativas à fraude fiscal da fuga de capital, ele volta aos países de origem com todos os privilégios assegurados pelos governos neoliberais ao "capital andorinha", o que vem e volta anualmente,

O sistema bancário, à beira do colapso total em 1982, que fora salvo e consolidado pela intervenção estatal, foi revendido ao setor privado. Um caso típico de "socialização dos prejuízos" e posterior "privatização dos lucros"

não em razão do verão, porém atraído pelos fantásticos lucros oferecidos pelas Bolsas de Valores de nossos países.

As consequências sociais da política neoliberal no México são aterradoras. Dados da CE-PAL mostram que o valor real do salário mínimo mexicano baixou do índice 100, em 1980, para 44,3 em 1990 (*Balance Preliminar de la Economia de América Latina y El Caribe*, 1990). Dados da Universidade do México comprovam que somente entre 1988/1990, início do governo de Salinas, em 34 meses, verificou-se uma perda de 43,8% no valor real do salário mínimo. David Barkin informa que "a porcentagem do trabalho na renda das pessoas caiu de 36% em meados dos anos 70, para 23% em 1992".

A estratégia de Salinas de atrair capital norte-americano se fundamenta especialmente nos baixos salários. A vantagem oferecida aos monopólios norte-americanos se concretiza na diferença do salário mínimo nos dois países: Estados Unidos, US\$ 4,25/hora, e US\$ 0,54 no México (dados do governo norte-americano). Para neutralizar parcialmente a miséria e a fome a que estão con-

denados os trabalhadores mexicanos, uma revista norte-americana favorável às "maquilladoras", *Twin Plant News*, sugeriu a elas "a entrega gratuita semanal de um quilo de 'tortillas' ou de alguns quilos de feijão" (de um artigo de Lane Kirkland, presidente da AFL-CIO. (Em *O Estado de São Paulo*, 27/3/91).

A situação de desemprego e subemprego é catastrófica. E seria muitíssimo pior não fosse a migração maciça para os Estados Unidos. Os dados a respeito, em razão de seu caráter clandestino, variam em forma extremada. Aparentemente, o número que mais se aproxima da realidade é o que situa em 14 milhões os que atravessaram a fronteira, dos quais 7 milhões "indocumentados". Os clandestinos, sem nenhum di-

O governo neoliberal privatiza e o setor privado desnacionaliza. A desestatização conduz assim à liquidação total da soberania

reito social, permanentemente sujeitos à expulsão sumária, vivem em condições equivalentes à dos escravos africanos no século passado. Com uma diferença: os escravos, especialmente nas últimas décadas do tráfico, significavam um vultoso investimento de capital. Os "chicanos", não.

A corrupção governamental e sindical

Governado em forma autoritária, ditatorial há 65 anos, por um estranho partido de origem revolucionária, o PRI (*Partido de la Revolución Institucional*), o México vem sofrendo um acelerado processo de decomposição, esclerosamento e corrupção — característica, aliás, das revoluções que se institucionalizaram, como a russa. A "mordida", a propina corruptora, é uma instituição nacional. A corrupção no governo, entre a burguesia "na-

O valor real do salário mínimo mexicano baixou do índice 100, em 1980, para 44,3 em 1990

cional" e nas relações entre os dois setores, é total. Recentemente, Gernaro Borrego, o líder do PRI no Senado, foi destituído em razão das acusações de haver recebido US\$ 62,5 milhões de empresários. Como "compensação" a seu correligionário, o presidente Salinas nomeou-o para a direção do *Instituto Mexicano de Seguro Social*.

A corrupção sindical supera possivelmente tudo o que se verifica no resto do mundo nessa área. Fidel Velasques impõe absoluto na Central Mexicana de Trabalhadores há quase meio século, apoiando incondicionalmente a política social do governo que, como vimos, é violentamente "anti-obra".

Início da conscientização

A recente revolta em Chiapas, brutalmente reprimida pelo governo neoliberal de Salinas, com cerca de 150 mortos, parece indicar o início de um processo de conscientização popular em relação à liquidação da soberania mexicana, agora acelerada pelo Nafta. A inviabilidade de as receitas de "modernização" tirarem um país subdesenvolvido do atraso, da miséria e do sistema semicolonial em que se encontra, é analisada por Jorge Castañeda, professor da Universidade Nacional Autônoma do México:

A revolta em Chiapas dá razão aos críticos opositores e céticos mexicanos, que desde 1988 insistem que o regime do presidente Salinas provocaria, cedo ou tarde, uma crise de grandes proporções. Ele foi advertido do que sucederia em um país não magicamente propulsado ao Primeiro Mundo, mas sim firmemente ancorado no Terceiro Mundo. Um país com territórios segregados, injustiças e desigualdades, autoritarismo e corrupção, pobreza e marginalização.

CHILE

A implantação das receitas do neoliberalismo em alguns países, como o Chile e a Argentina, antecedem até as experiências de Mrs. Thatcher. Foram aplicadas já na década de 1970 por iniciativa da "Comissão Trilateral". Os monopólios e os bancos dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, diante da evidência da supremacia

norte-americana no pós-guerra, ao organizaram a "Tri", tratavam de regular a economia mundial mediante uma redistribuição do trabalho entre as nações. A direção dos destinos da humanidade deveria corresponder às empresas transnacionais e aos bancos internacionais apresentados como substitutos do "Estado-Nação", considerado esse superado pela nova correlação de forças no campo internacional.

Zbigniew Brzezinski (*La Era Tecnotronica*), o grande teórico da Trilateral, pontificava:

O Estado-Nação, enquanto unidade fundamental da vida organizada, deixou de ser a principal força criativa: os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos de Estado-Nação.

A solução de entregar as economias nacionais às empresas transnacionais, em realidade, já se havia consumado em grande parte nos anos de 1950/60, tanto na Europa como nos países do Terceiro Mundo. Em nossos países, deu-se dentro da estratégia da "substituição de importações", idealizada pelos *Cepal-boys* e aplicada por go-

A taxa de desemprego no Chile quadruplicou: de 4,1% em 1972 para 16,3% em 1984, tendo atingido 19,6% em 1982. Isso apesar de cerca de um milhão de chilenos haver abandonado o país

vernos "desenvolvimentistas" como Juscelino Kubitscheck, no Brasil, e Arturo Frondizi, na Argentina.

Abolição de fronteiras econômicas

Ocorria que a América Latina "balcanizada" (dividida em muitos países) constituía um obstáculo à plena e "racional" exploração protagonizada pelas "multis". Elas eram forçadas a instalar-se em cada país, defrontando-se sempre com inómodas barreiras alfandegárias e com a impossibilidade de produzir em escala continental. Abolir as fronteiras econômicas entre nossos países passou a ser, em consequência, condição *sine qua non* para o aperfeiçoamento do capitalismo no Subcontinente.

Eliminadas as tarifas alfandegárias entre nossos países, as empresas transnacionais poderiam reestruturar sua organização no Subcontinente: em vez de manter sucursais em cada país, o que era considerado um verdadeiro absurdo numa época de produção em escala maciça, localizar-se-iam num determinado país-chave, abastecendo daí a toda a região.

Paralelamente tratar-se-ia de estabelecer uma nova e mais adequada divisão internacional de trabalho. Cada país do Terceiro Mundo seria pressionado no sentido de especializar-se fundamentalmente na produção daquilo para o qual estivesse mais bem qualificado, por seus recursos naturais e humanos.

Os planos da Comissão Trilateral de estabelecer uma nova divisão internacional do trabalho totalmente favorável às empresas transnacionais somente podiam implementar-se por intermédio de regimes de força, ditatoriais

Ao Brasil, dentro dos planos da Trilateral, seria assegurado um papel "privilegiado": o de "base de operação" das transnacionais na América do Sul. Chile e Argentina, segundo os planos de Mr. David Rockefeller, deveriam abrir suas fronteiras, liquidar suas indústrias e especializar-se em determinadas atividades econômicas, como minérios e alimentos.

Ditaduras militares

Para conseguir esses propósitos foi necessária a implantação de ditaduras militares que, como em nenhum outro momento da história da América Latina, pela via do terror repressivo, liquidassem todas as resistências populares. Ao custo de milhares de mortos, desaparecidos, torturados e de milhões de asilados, os militares argentinos e o general Pinochet deram início à implantação do neoliberalismo na América Latina.

Com a derrota de Jimmy Carter e seu governo constituído pelos homens da Trilateral, terminou a primeira parte do processo. Sob a influência de Milton Friedman e seus *Chicago-boys* e da senhora Thatcher,

continuaria a experiência. Vamos.

O processo de privatização no Chile, ocorrido sob o terror da ditadura Pinochet, foi seguramente o mais escandaloso da história do neoliberalismo. Liquidada a democracia, com toda a oposição morta, presa, torturada ou refugiada no exterior, estavam dadas as condições ótimas para implantar uma economia totalmente voltada aos interesses estrangeiros, para a incorporação do Chile à economia mundial como país produtor de minérios e alimentos.

Inicialmente, o colapso econômico-social foi catastrófico. Com a política de "fronteiras abertas", grande parte do parque industrial foi liquidado: milhares de empresas faliram ou deixaram simplesmente de produzir; a participação da indústria no PIB baixou de 30 para 20%.

O PIB *per capita*, que era de 31,4 mil pesos (de 1977), em 1972, baixou para 24,8 mil em 1975. Doze anos depois do golpe militar ainda não se havia recuperado totalmente: 29,5 mil pesos.

A taxa de desemprego quadruplicou: de 4,1% em 1972 para 16,3% em 1984, tendo atingido 19,6% em 1982. Isso apesar de cerca de um milhão de chilenos haver abandonado o país e dos "Programa de Emprego Mínimo" e "Programa Ocupacional para Chefes de Família", criados pela ditadura para evitar a fome total de setores consideráveis da população.

Os salários baixaram do índice 100, em 1970, para 83,1

em 1985, depois de haver alcançado o nível mais baixo em 1975, 62,9. As aposentadorias caíram de 100, em 1970, para 50,4 em 1975, e 83,2 em 1985.

O consumo *per capita* (calculado em pesos de 1979) dos 20% mais pobres da população caiu de 5.953 pesos para 4.112. O consumo dos 20% mais ricos aumentou no período de 34.857 para 40.328 pesos.

O consumo diário de calorias dos 20% mais pobres caiu de 1.925 para 1.626. Até mesmo para os 40% da população incluídos nos níveis "médio-baixo" e "médio", a alimentação estava abaixo do "mínimo vital" estabelecido pela FAO/OMS, de 2.240 calorias/dia: 1.875 e 2.176. Ou seja, 60% da população chilena estava subalimentada ou passando fome.

A dívida externa aumentou de US\$ 5,45 bilhões, em 1975, para 20,9 bilhões, em 1985. Correspondia, em 1987, a 311% da exportação anual. Os juros em 1981 consumiram 38,8% da receita do comércio exterior (os dados estatísticos utilizados são do Banco Central do Chile, de *Cuentas Nacionales, Anuarios Estatísticos, Oficina de Planificación Estatística y Proceso de Datos*, Universidade do Chile, CEPAL).

em 1985, depois de haver alcançado o nível mais baixo em 1975, 62,9. As aposentadorias caíram de 100, em 1970, para 50,4 em 1975, e 83,2 em 1985.

O consumo *per capita* (calculado em pesos de 1979) dos 20% mais pobres da população caiu de 5.953 pesos para 4.112. O consumo dos 20% mais ricos aumentou no período de 34.857 para 40.328 pesos.

O consumo diário de calorias dos 20% mais pobres caiu de 1.925 para 1.626. Até mesmo para os 40% da população incluídos nos níveis "médio-baixo" e "médio", a alimentação estava abaixo do "mínimo vital" estabelecido pela FAO/OMS, de 2.240 calorias/dia: 1.875 e 2.176. Ou seja, 60% da população chilena estava subalimentada ou passando fome.

A dívida externa aumentou de US\$ 5,45 bilhões, em 1975, para 20,9 bilhões, em 1985. Correspondia, em 1987, a 311% da exportação anual. Os juros em 1981 consumiram 38,8% da receita do comércio exterior (os dados estatísticos utilizados são do Banco Central do Chile, de *Cuentas Nacionales, Anuarios Estatísticos, Oficina de Planificación Estatística y Proceso de Datos*, Universidade do Chile, CEPAL).

Entre 1975/82, foram vendidas ao setor privado as participações que a *Corporación de Fomento* (CORFO) tinha em 135 empresas (majoritária em 91 delas) e em 16 bancos comerciais. Realizaram-se 600 operações de venda de fábricas, bens de raiz, minas e 3 mil operações de bens imóveis.

Em razão da crise de 1982 (moratória do México), o processo foi interrompido pois as empresas privatizadas entraram em colapso. Para evitar a falência delas, o governo assumiu sob intervenção; na prática, tornou a estatizá-las. Com a injeção maciça de recursos públicos restabeleceu-se o equilíbrio e tornou-se a devolvê-las ao setor privado. No caso ficaram evidentes as duas receitas clássicas na relação Estado/burguesia: a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos. Posteriormente verificou-se a privatização das principais empresas do Estado restantes, excluindo-se somente as que constituem a *Corporación del Cobre* (CODELCO).

Nesse vergonhoso festival de distribuição do patrimônio público, os principais beneficiários foram: grupos internacionais de tipo financeiro de origem norte-americana; grupos transnacionais de tipo industrial e/ou financeiro originários na Europa, Austrália e Nova Zelândia; grupos de ori-

gem tecnocrática surgidos do próprio aparelho estatal; e grupos tradicionais da burguesia nacional.

Tratando de caracterizar o denominado "capitalismo popular", para dar uma aparência democrática ao processo de privatização, trabalhadores das empresas públicas estatizadas e pessoal das Forças Armadas e de *Carabineros* (polícia militar) foram contemplados com uma participação mínima em empresas totalmente controladas pelos sócios majoritários.

Dados da CEPAL mostram que os produtos exportados pela América Latina sofreram uma enorme queda na década de 1980 (cerca de 26%). Somente três produtos tiveram seus preços majorados: bananas, zinco e cobre. O cobre, que significa 35% das exportações chilenas, teve os preços aumentados, apesar de ser entre os minérios o mais marginalizado pela revolução tecnológica: as fibras óticas. É evidente, portanto, o protecionismo que os parceiros do Norte asseguraram a seu aliado Pinochet, durante os anos de implantação do neoliberalismo no Chile. Protecionismo que garantiu a performance positiva da economia andina na última década, constituindo-se numa "prova" da "excelência" do sistema adotado e servindo de incentivo para que o mesmo fosse aplicado em outros países latino-americanos.

Como as receitas do neoliberalismo estão sendo intensamente aplicadas em países de maior importância — México, Argentina e Brasil —, até com medidas mais radicais, o inte-

Privatizações em massa

Logo depois do golpe, Pinochet e seus *Chicago-boys* começaram a aplicar a privatização em massa. Inicialmente, devolveram aos seus "legítimos donos" cerca de 350 empresas que haviam sido estatizadas ou postas sob interven-

Os saldos da balança comercial argentina, que haviam sido de US\$ 6 bilhões em 1989, e de US\$ 8,9 bilhões em 1990, caíram para US\$ 3,7 bilhões em 1991. Em 1992, os saldos positivos se transformaram em negativos: US\$ 2,93 bilhões. Em 1993, o déficit se repetiria: US\$ 3,7 bilhões

esse de manter o modelo chileno parece haver desaparecido.

A economia chilena apresentou em 1993 sinais inequívocos de desaceleração; o "período de ouro" está terminando. A inflação está aumentando, os juros bancários subiram de 15 para 30% ao ano. Depois de crescer durante uma década com taxas de mais de 10% anuais, o aumento do PIB previsto para 1993 é de 4 a 5%. A baixa do cobre no mercado internacional determinou um déficit na balança comercial de cerca de US\$ 800 milhões, contrastando com os superávits de US\$ 750 milhões e US\$ 1,5 bilhão em 1992 e 93.

ARGENTINA

Como no caso do Chile, a aplicação da proposta da Comissão Trilateral na Argentina foi precedida por uma violentíssima repressão militar: a mais brutal já verificada na América Latina. Como que antecipando o que viria depois, o general Jor-

ge Rafael Videla, então comandante-em-chefe do Exército argentino (governo de Isabel Perón), afirmava categórico durante a 11ª Conferência de Comandantes dos Exércitos Americanos, realizada em outubro de 1975, em Montevidéu:

Se for necessário, na Argentina morrerão tantas pessoas quantas forem necessárias para manter a segurança do país...

Apesar de que o governo trilateralista de James Earl Carter utilizasse — como bandeira política — a defesa dos direitos humanos, chegando a atrair-se com os militares brasileiros (governo do general Ernesto Geisel), os planos da Comissão Trilateral de estabelecer uma nova divisão internacional do trabalho totalmente favorável às empresas transnacionais somente podiam implementar-se por intermédio de regimes de força, ditoriais.

Repressão aplicada

Como já vimos em relação ao Chile, a política de "fronteiras abertas" e a consequente liquidação da indústria não-competitiva em nível internacional, significavam, inevitavelmente, pelo menos durante um período prolongado de ajuste, desemprego em grande escala. Para evitar que esse desemprego maciço se transformasse em foco de agitação social, a solução óbvia era a repressão. Repressão aplicada dentro da Doutrina da Segurança Nacional, essa sinistra teoria política gerada nos "laboratórios" do Pentágono, que via no inimigo interno (os nossos próprios po-

vos) o principal perigo. Teoria que, para assegurar a "paz social" e o Sistema, assim como os privilégios absurdos das classes dominantes nativas e das empresas transnacionais, levaria à ocupação de nossos territórios por nossos próprios exércitos.

O golpe militar prévio era, portanto, condição *sine qua non* para a aplicação da receita das empresas transnacionais congregadas na "Tri". Principalmente em países onde a classe operária tinha uma longa e heróica tradição de luta, como o Chile e a Argentina.

As tarifas alfandegárias protecionistas, que haviam assegurado a industrialização da Argentina a partir do governo de Perón, que eram em média de 97% em 1976, estavam reduzidas a 21% *ad valorem* em junho de 1980.

*Em 1982, o PIB per capita foi de 1,8% inferior ao de 1975 e a atividade industrial diminuiu 3,2% no período. A participação da indústria no produto global decresceu de 27,7 para 22,4% (Alfredo Eric Calcagno — *La deuda perversa*).*

Entre 1976/82, a taxa de crescimento econômico foi negativa. A perda de produção acumulada nos seis anos supera aos US\$ 120 bilhões. O salário real é 40% inferior ao de 1975. A destruição de capital atribuível à política monetarista instalada a partir de 1976, supera aos US\$ 80 bilhões, cifra superior aos recursos que os Estados Unidos destinaram à reconstru-

ção europeia (Plano Marshall) (Aldo Ferrer — *La economía argentina*).

A total abertura das fronteiras econômicas determinou um espetacular aumento das importações: de US\$ 3,659 bilhões em 1974, para 10,540 bilhões em 1980. Grande parte dos industriais nacionais, atingidos pela enxurrada importadora, transformou-se pragmaticamente em distribuidores dos produtos importados, fechando suas fábricas.

A dívida externa aumentou de US\$ 7,875 bilhões, em 1975, para US\$ 46,903 bilhões, em 1984. Os serviços da dívida aumentaram de US\$ 1,5 bilhões, no triênio 1975/77, para US\$ 15,5 bilhões, em 1984/86 (dados do Banco Central e da CEPAL). A evasão de capitais em relação à dívida externa alcançou proporções absurdas: segundo o Boletim do Banco Morgan, verificou-se até 1985 uma fuga de capital de US\$ 49 bilhões (dívida externa na época, US\$ 50 bilhões).

A Argentina foi o país latino-americano que mais sofreu no relativo à "deterioração nas relações de intercâmbio". Dados da CEPAL mostram que no período 1981/87, as perdas argentinas por esse conceito alcançaram a porcentagem recorde de 28,7%. Durante o primeiro governo peronista, a participação dos trabalhadores na distribuição do Produto Interno Bruto era de 50,9%.

Durante os governos pós-Perón, quase todos militares, a participação no PIB baixou para menos de 30%. Voltou a subir durante o efêmero segundo governo de Perón, alcan-

çando 49,8%. Com a ditadura militar e o controle da economia pela Trilateral e pelos *Chicago-boys*, estava reduzida, em 1980, a 28,9%.

Eric Calgano informa que os salários reais diminuíram: na indústria, 37%, e na administração pública, 24%, e as aposentadorias caíram 42%. E que o desemprego na indústria, com o fechamento de 1.464 fábricas, aumentou 30% entre 1975/82.

A situação de miséria absoluta a que estão condenados os aposentados (que, desesperados, suicidam-se) e a ameaça de desemprego maciço nas províncias do interior constituem um quadro social altamente explosivo

Tratamento e privatização

Carlos Menem, eleito pelo Partido Justicialista, com um claro programa nacionalista-populista, antiimperialista, com acentuado conteúdo social, traiu totalmente os princípios do peronismo: está privatizando totalmente o Estado: vendeu praticamente todas as empresas estatais e os serviços públicos essenciais; está anulando as conquistas sociais dos últimos 50 anos; e colocou o país incondicionalmente sob o domínio dos Estados Unidos ao dollarizar a economia e ao assegurar

"extraterritorialidade" ao capital norte-americano.

Como um subproduto do neoliberalismo a corrupção instalou-se no Poder. A cunhada de Menem, responsável pelo ceremonial da Presidência, e seu marido, diretor do aeroporto de Ezeiza, controlavam a lavagem de dólares do narcotráfico; três ministros tiveram que ser demitidos acusados de corrupção pelo embaixador norte-americano; o próprio presidente assombra seus eleitores andando a 300 Km/hora numa Ferrari recebida de presente de Agnelli, o *capo* da Fiat; Cavallo, o ministro da Economia, confessa que recebe US\$ 12 mil mensais de uma fundação privada como complemento de seus vencimentos, considerados insuficientes (quando o salário mínimo é de US\$ 100/200); Menem terminou de prostituir os sindicatos e o parlamento (conseguindo mesmo o apoio de seu rival, o ex-presidente Alfonsín); como a Suprema Corte inviabilizasse algumas de suas iniciativas mais violatórias à Constituição, Menem aumentou o número de ministros de 5 para 9: antes perdia de 3 x 2, agora ganha por seis a três.

Sob esse clima ético/moral é que se processou a privatização na Argentina.

Com uma fúria privatizante sem igual, Menem entregou todas as grandes estatais, as melhores áreas dos serviços públicos e as jazidas de petróleo: *Entel, Segba, Aerolineas Argentinas, Somisa, Gas del Estado, Obras Sanitarias, 5 petroquímicas, 84 áreas de YPF (Yacimientos Petrolíferos Fis-*

caes), dez mil quilômetros de rodovias e outros tantos de ferrovias, duas centrais elétricas e até o Hipódromo de Palermo.

Portanto isso, o governo conseguiu, até 31/12/92, US\$ 5,742 bilhões em efetivo e US\$ 9,584 bilhões em títulos. Quando se iniciou a privatização, os títulos da dívida externa argentina eram comprados no mercado paralelo de Nova Iorque a 11% de seu valor nominal. Foi com esses papéis sujos que foram pagos quase 2/3 do valor das empresas privatizadas.

Apenas como exemplo para comprovar a tremenda roubalheira que foi a privatização argentina: dois "Boeings 707" (iguais aos que servem à Presidência da República do Brasil), foram vendidos por US\$ 1,45 cada um (com baixa e no preço contábil pelo qual foi transferida a empresa à outra estatal, a Iberia, espanhola). No caso não se verificou privatização, simplesmente desnacionalização.

A privatização argentina apresenta aspectos ainda mais negativos do que a que se verifica no Brasil: a participação majoritária do capital estrangeiro e a concentração monopolista. 52,8% do capital das empresas vendidas ficou com bancos, transnacionais e empresas estatais de outros países. A Espanha, que parece decidida a voltar a ter posição imperial na América Latina, ficou com 14,78% das ações e os Estados Unidos, com 12%.

Verifica-se também uma grande concentração no relativo aos adquirentes argentinos. 86,21% do total de capital que ficou em mãos nacionais foi adquirido por somente dez gru-

Soluções aplicadas no Norte não podem dar certo em nossa América: Europa, Estados Unidos e Japão são os exploradores; nós, os explorados. É totalmente inviável um modelo que beneficie igualmente senhores e escravos

pos. Três desses grupos nacionais (Perez Campang, Techint e Astra) se apossaram de 60% do capital nacional das empresas privatizadas.

Os teóricos neoliberais, que tanto combatem o monopólio do Estado, criam monopólios privados. Isso, que os monopólios do Estado, dentro do ideário populista-nacionalista, costumam vender com lucros mí-nimos ou até por preços abaixo do custo de produção e os monopólios privados, dentro da lógica do mercado, aumentam seus preços muito acima da própria inflação.

Dolarização e desequilíbrio cambial

Com a dolarização da economia — a paridade peso-dólar —, a inflação caiu vertiginosamente, situando-se em 7,4% em 1993. Porém, essa baixa inflação é agora em dólar e desde o início do Plano Cavallo significa cerca de 60% e representa um drástico desequilíbrio cambial: as exportações argentinas perderam competitividade no mercado internacional e as importações estão incrivelmente baratas, liquidando com a capacidade de competir da indús-

tria argentina até no mercado interno.

Os saldos da balança comercial, que haviam sido de US\$ 6 bilhões em 1989, e de US\$ 8,9 bilhões em 1990, caíram para US\$ 3,7 bilhões em 1991. Em 1992, os saldos positivos se transformaram em negativos: US\$ 2,93 bilhões. Em 1993, o déficit se repetiu: US\$ 3,7 bilhões. Isso significa que a partir de 1990, em razão da dolarização e da abertura das fronteiras econômicas, a balança comercial deixou de carregar ao país cerca de 20 bilhões de dólares. Mais do que o triplo do conseguido — *al contado* — com a venda das empresas estatais.

Contabilizando os gastos com fretes, seguros, juros, remessa de lucros e turismo, o déficit na balança de pagamentos em 1992 somou US\$ 8,5 bilhões. Em 1993, o saldo negativo, ainda não divulgado, deve ter sido maior.

Apesar das formidáveis concessões feitas ao capital estrangeiro, sem similar em países da América Latina, a Argentina de Menem não se constituiu num paraíso ao qual afluíssem maciçamente os dólares. Em 1990, entraram no país US\$ 883,3 milhões em investimentos diretos; em 1991, US\$ 774,2 milhões; e em 1992, US\$ 549,6 milhões.

Os investimentos especulativos — o "capital andorinha" — não constituem nenhum benefício para o país; ao contrário, locupleta-se em forma brutal e parasitária das possibilidades oferecidas pelas nossas Bolsas de Valores e faz acelerar o processo inflacionário.

Movidos por um oportunismo feroz, muitos de nossos ex-“marxistas” foram em forma muito acelerada ao pote do neoliberalismo, quando esse já está mais furado do que queijo suíço

Com o fim da inflação, que avassalara a economia argentina nas décadas anteriores, criou-se um clima de otimismo, que, somado ao enorme incremento das vendas a crédito (antes impossíveis devido à inflação), fez crescer o PIB argentino. Depois de haver caído 6,2% negativos em 1989 e crescido somente 0,1% em 1990, aumentou 8,9 e 8,2% em 1991/92. As previsões relativas a 1993 se situaram entre 4,5 e 6%. Com o total colapso das balanças comercial e de pagamento e a ameaça de revoltas populares, parece estar chegando ao fim o efêmero crescimento econômico argentino.

Liquidadas as possibilidades de equilibrar, dentro do atual receituário, os déficits na balança comercial e de pagamentos, a burguesia industrial argentina já prega o adiamento para o século XXI do início do Mercosul e poderá mesmo forçar o fechamento das fronteiras econômicas, abandonando a política neoliberal.

A alternativa — manter o *diktad* do neoliberalismo — seria o total sucateamento de sua indústria, a transformação da Argentina em país exclusivamente exportador de alimentos, um novo e brutal endividamento

externo e a perda da própria soberania nacional, já tremendamente comprometida pela dolarização e pelo tratado de garantia de investimentos com os Estados Unidos.

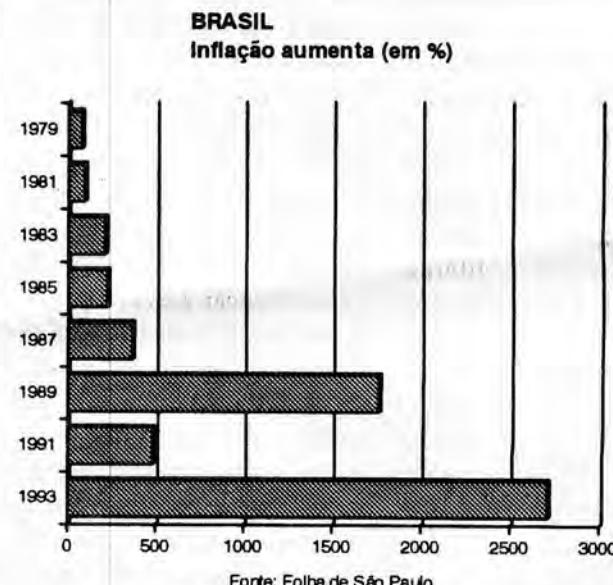
Considerando o desemprego (aumentou de 7% para 9,9% da População Economicamente Ativa —PEA); o subemprego, que se situa em 15%; e a quebra dos salários reais (o salário mínimo, não-oficial, que situava entre US\$ 250/300 havia caído no ano passado para cerca de US\$ 100, foi reajustado para US\$ 200); a situação de miséria absoluta a que estão condenados os aposentados (que, desesperados, suicidam-se) e a ameaça de desemprego maciço nas províncias do interior (onde, em razão da inexistência de indústrias, os governos provinciais e municipais são os empregadores quase exclusivos), constituem um quadro social altamente explosivo.

A recente rebelião de Santiago del Estero, na qual o

povo, desesperado, partiu para a destruição e incêndio da sede do governo e das repartições públicas e saque ao comércio constitui um sintoma da radicalização popular, provocada pela política neoliberal. Mais recentemente, verificou-se outra rebelião popular na província de Jujuy. Considerando que a maioria das províncias, especialmente as do Norte argentino, apresentam situações equivalentes às de Santiago e Jujuy, as revoltas populares poderiam propagar-se. Aparentemente, somente sob ditaduras como a de Fujimori, o neoliberalismo poderá sobreviver.

BRASIL

Confirmando a secular tendência das elites latino-americanas de imitar servilmente — como “macaquitos” — tudo o que surge ou acontece na Europa, desde teorias e modelos políticos, econômicos e sociais, até moda feminina, a campanha



nha do neoliberalismo, com suas versões sobre a modernidade, atravessando o Atlântico, chega impactante a nossos países. Isso com intensidade e agressividade que superam de longe os próprios "país da matéria", os teóricos europeus e norte-americanos.

Luis Pinguelli Rosa analisa, como sempre brilhantemente, o fenômeno atual que consiste em uma nova importação que nos chega da velha Europa:

Há interesses internos em ocupar espaço na Petrobrás, mas além desses há a compulsão ideológica do paradigma econômico. Paradigma, para o filósofo Thomas Khun, é um dogmatismo que orienta teorias sem conexão necessária com a realidade, seguido por muitos como uma moda. Assim, hoje não é moderno quem não for privatista, mesmo entre os intelectuais de esquerda, tal qual antes era reacionário quem não fosse marxista. É uma troca de dogmas ou de mitos (Folha de São Paulo, 28/4/92).

Sem analisar sequer os efeitos e os resultados da aplicação das receitas do neoliberalismo na Europa, nossos "teóricos" tratam de aplicá-las em nossos países sem considerar que situações totalmente distintas, antagônicas mesmo, diferenciam os países ricos da Europa, dos pobres da América Latina. Soluções aplicadas no Norte não podem dar certo em nossa América: Europa, Estados Unidos e Japão são os exploradores; nós, os explorados. É totalmente inviável um modelo

que beneficie igualmente senhores e escravos.

A chamada "modernidade"

Nem mesmo os pífios resultados das políticas neoliberais na Europa e nos Estados Unidos (sob Reagan e Bush) — estagnação econômica, crise financeira, desemprego em massa, liquidação de direitos sociais etc — são considerados pelos nossos "moderninhos". A chamada "modernidade", mesmo para os europeus e norte-americanas, constitui em realidade uma volta ao passado: o avassalamento da soberania por um novo tipo de imperialismo (G-7, FMI/Banco Mundial, Clube de Paris e GATT); a liquidação de direitos sociais vigentes há quase um século; a institucionalização do Mercado e do Lucro como reguladores absolutos das economias. Significa em realidade uma regressão às primeiras etapas do capitalismo — à "escravidão disfarçada" —, analisada por Marx.

Mesmo na Europa, onde as classes trabalhadoras estiveram anestesiadas durante décadas de prosperidade e bem-estar social (conseguidos em grande parte com a exploração econômica do Terceiro Mundo), o desemprego oriundo da "força produtiva ciência" e da abertura das fronteiras, começa a provocar greves e protestos os mais diversos. Para assombro de nossos "teóricos", que a declaravam extinta, resurge a luta de classes nos paraísos capitalistas.

A campanha em favor da "modernidade", da privatização do Estado, contra as em-

presas estatais, pela extinção dos direitos dos trabalhadores, atingiu entre nós, como nenhuma outra ao longo da história, uma dimensão gigantesca. Obviamente financiada pelo novo sistema imperial, pelos bancos, por empresas transnacionais e pelas classes dominantes alien-

Índice de Desenvolvimento Humano da ONU – Ranking

1	Canadá
2	Suíça
3	Japão
4	Suécia
5	Noruega
6	França
7	Austrália
8	Estados Unidos
9	Holanda
63	BRASIL
166	Gâmbia
167	Mali
168	Chad
169	Nigéria
170	Serra Leoa
171	Afeganistão
172	Burkina Fasso
173	Guiné

Fonte: Folha de São Paulo.

nadas de nossos países, atinge proporções que fazem lembrar o *Delenda est Cartago* (Cartago precisa ser destruída) de Catão.

Mídia solidária

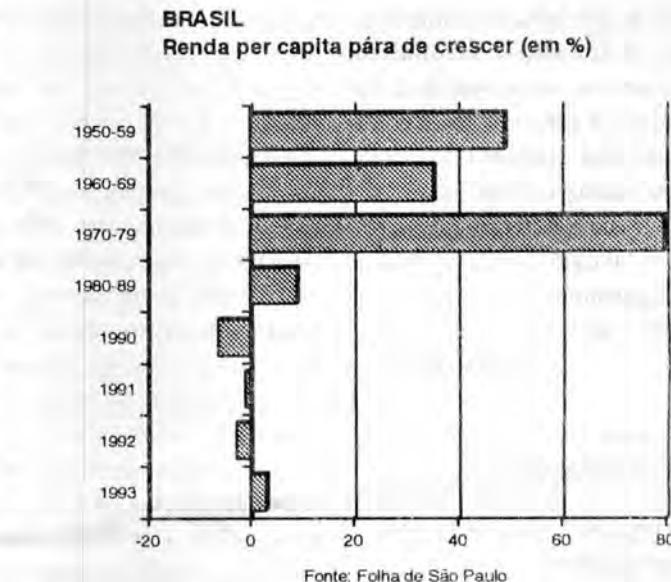
Como o saque das empresas estatais e a desestruturação das economias proporcionam fa-

bulosos lucros para as classes dominantes e para as corporações e bancos internacionais, o financiamento da campanha está garantido. Em nenhum outro momento da história brasileira a mídia apresentou uma unanimidade tão absoluta como neste momento, em favor da "privatização". A arrasadora massa de recursos aplicados na publicidade aberta ou subliminar a cargo da grande imprensa praticamente liquida os poucos baluartes de resistência nacional. Uma onda de convenci-

As direções das estatais não mais seriam escolhidas por interesses político-partidários e por grupos econômicos privados, e sim constituídas por técnicos de inquestionável capacidade e controladas por um conselho composto pelos trabalhadores das empresas e por representantes da sociedade civil

mento, tão absoluta e totalitária como a que durante a ditadura tentava convencer o povo de que o País vivia uma situação excepcionalmente boa, se abate sobre um público enormemente despolitizado depois de vinte e um anos de regime totalitário.

Os poucos que conseguem quebrar o bloqueio dos meios de comunicação de massa e se manifestam em defesa dos interesses populares e da sobera-



nia são agredidos em forma estúpida:

Os dinossauros estão de volta. Quando parecia que todos haviam sucumbido definitivamente, os dinossauros voltam fantasiados de nacionais: Estão "preocupados" com o verdadeiro valor da Usiminas. É verdade que a fantasia cobriu quase tudo. Só não cobriu o rabo. O imenso rabo antediluviano (César Maia, atual prefeito do Rio de Janeiro, pelo PMDB — Folha de São Paulo, 19/9/92).

Que esses xingamentos vêm de gente como César Maia e da quase totalidade dos economistas a serviço das empresas privadas nacionais e estrangeiras, dos bancos e/ou infiltrados com claros propósitos de sabotagem na máquina do Estado, se explica. São regiamente pagos para isso. O mais difícil de entender é que economistas, sociólogos, políticos e sindicalistas que se enquadram na "esquerda" assumam posições equivalentes.

Movidos por um oportunismo feroz, muitos de nossos ex- "marxistas" foram em forma muito acelerada ao pote do neoliberalismo, quando esse já está mais furado do que queijo suíço.

Os grandes jornais, as redes de rádio e tevê (controladas no fundamental por meia dúzia de famílias), que dominam em forma monolítica o processo de informação e de formação da opinião pública no País (num tremendo atentado à democracia), estão lançados com força total ao convencimento popular de que é necessário adotar irrestritamente as receitas do neoliberalismo. Em forma sistemática, com efeito verdadeiramente hipnótico, estão tratando — e conseguindo — de convencer o povo de que as empresas do Estado constituem algo diabólico, equivalente a um dragão da maldade, que deve ser destruído por um moderno e sofisticado "São Jorge", a iniciativa privada, apresentada como um padrão de moralidade.

Não que nós, os "dinossauros", defendamos incondicionalmente as empresas do Estado em sua forma atual. Em absoluto. As enormes deformações, vícios e práticas suspeitas que caracterizam a atuação das estatais a partir da ditadura, e permaneceram durante os últimos governos, tão incompetentes e corruptos quanto o regime castrense, devem ser radicalmente corrigidos.

Corrupção, corporativismo, Incompetência

Com o direito absoluto de impor as direções das estatais, governos antinacionais e corruptos escolhem obviamente administradores que se sintonizam com sua filosofia e suas práticas. Seria ingenuidade pensar em dirigentes de empresas do Estado eficientes e incorruptíveis nomeados por governos caóticos e aéticos como os que temos tido nos últimos trinta anos.

Somente com um governo efetivamente democrático e popular, rigorosamente enquadrado na Ética, controlado permanentemente pela sociedade civil, é que se poderão erradicar as vergonhosas situações viventes atualmente nas empresas do Estado: o controle delas por grupos políticos, o corporativismo e a corrupção. As direções não mais seriam escolhidas por interesses político-partidários e por grupos econômicos privados, e sim constituídas por técnicos de inquestionável capacidade e controladas

por um conselho composto pelos trabalhadores das empresas e por representantes da sociedade civil. Sim, representantes da sociedade. Não constituem as estatais patrimônio público? Cada brasileiro tem pelo menos um tijolo em cada fábrica do Estado. É necessário, portanto, que a sociedade civil possa controlar, fiscalizar a administração de seus investimentos compulsórios.

Seria necessária uma ampla e poderosa (investida de plenos poderes) auditoria constituída por representantes da sociedade civil (nada de CPI ou integrada por membros suspeitos do Poder Executivo que sempre acabam acobertando as fraudes), que investigasse em profundidade e sem contemplações as deformações ocorridas nas últimas décadas no âmbito das empresas do Estado.

Em forma muito especial, o corporativismo: é inadmissível, por exemplo, que os funcionários burocráticos da Petrobrás ganhem adicional de

30% a título de insalubridade, ou que os Fundos Sociais sejam beneficiados com contribuições acima do limite legal. Esses privilégios, além de iníquos, resultam na criação de setores de elite dentro do proletariado e, consequentemente, na quebra da unidade dos trabalhadores.

Havia que se verificar em profundidade o porquê dos resultados econômicos/financeiros negativos de muitas empresas estatais. Se são devidos a empréstimos conseguidos dos bancos internacionais em razão dos bons cadastros e que terminaram sendo utilizados pelos governos da ditadura para "tapar buracos" ou para outras *cositas mas*. Uma investigação séria sobre a aplicação de US\$ 100 bilhões originários da dívida externa durante o regime militar revelaria a real situação das estatais. Ou se foram ocasionados pela venda de seus produtos/serviços por preços inferiores ao custo de produção. (É o caso da energia de

Tucuruí, vendida a empresas transnacionais, em detrimento dos consumidores: atualmente as tarifas de energia cobradas ao público são seis a oito vezes mais altas do que as pagas pelos monopólios internacionais do alumínio.)

Havia que se averiguar por que empresas como a Cosipa, relativamente moderna e competitiva, operou quase sempre em forma deficitária. Por má administração, por corrupção ou em razão de se haver constituído um verda-

BRASIL Distribuição de renda plora – participação na renda, em %

Ano	dos 10% mais ricos	dos 50% mais pobres
81	46,6	13
83	48,1	12,6
84	48,1	12,5
85	48,8	12
86	48,8	12,5
87	49	11,7
88	51,2	11,1
89	53,2	10,4

Fonte: Folha de São Paulo.

deiro feudo de um grupo político?

Seria necessário também analisar por que a Petrobrás, inicialmente símbolo da nacionalidade, poderosa defesa diante do imperialismo, passou a atuar, como suas concorrentes do ramo, as "sete irmãs", também em forma imperialista. No livro *Mercosul: Integração ou dominação?* (CEDI, 1992), denunciamos como a Petrobrás atua em outros países: a ponto de matar índios no Equador.

O Brasil deixa-se roubar

Em vez de corrigir as deformações, os vícios e as irregularidades das empresas do Estado, salvando o fabuloso investimento popular que elas representam (equivalente a pelo menos a metade do PIB anual), o governo Collor e agora o de Fernando Henrique Cardoso estão liquidando os ativos delas (depois do Tesouro Nacional haver assumido os passivos) de forma fraudulenta, altamente lesiva à Nação. As empresas já entregues ao setor privado o foram por valores que correspondiam, em média, a 20% do valor real. E foram pagas com títulos "podres", numa proporção de 80/90%.

A exposição de um ex-diretor da área de privatização do BNDES, num seminário promovido pela *Gazeta Mercantil* e Banco do Brasil, em Nova Iorque, especialmente para banqueiros e empresários norte-americanos, com evidente propósito de atrair novos comensais ao pantagruélico banquete da privatização, resume

Praticamente toda a burguesia apóia histericamente a privatização das estatais. Essa, porém, somente beneficiará a uns poucos grupos. Eta burguesia burra!

EDUCAÇÃO RECEBE O EQUIVALENTE A

12%

DO ORÇAMENTO MILITAR NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

o resultado até setembro de 1993:

Das 65 empresas incluídas no programa de privatização, foram vendidas todas as estatais do setor siderúrgico (Usiminas, Piratini, Cosinor, CST, Acesita e CSN), nove do setor petroquímico (Copesul, Petroflex, Alcalis, Nitriflex, Polysul, PPH, CBE, Poliolefinas e Oxiteno), quatro da área de fertilizantes (Indag, Fosfértil, Goiasfértil, Ultrafértil) e outras quatro de segmentos variados (Mafersa, Celma, SNBP e Usimec).

Os leilões de privatização representaram negócios da ordem de US\$ 6,48 bilhões, sendo que as empresas do setor siderúrgico apuraram US\$ 4,52 bilhões; mais US\$ 1,35 bilhão do setor petroquímico; US\$ 453,4 milhões com as empresas de fertilizantes; além de US\$ 151,9 milhões com as de-

mais empresas privatizadas (*Gazeta Mercantil*, 1/10/93).

Entusiasmado, o alienado burocrata, falando aos seus novos patrões, afirma que "o programa de privatização é um sucesso". Evidentemente, para os compradores...

Para comprovar o formidável roubo praticado contra as arcas do Estado e o patrimônio público basta citar três exemplos de privatização: Usiminas, Telebrás e VASP.

Antes mesmo do leilão da Usiminas já se verificara uma escandalosa alienação de patrimônio nacional. A Nippon, um monopólio japonês, subscrevera originalmente 14% do capital da empresa. Posteriormente, como optara por não participar nos aumentos de capital, o seu pacote acionário ficara reduzido a 4,8%. Com a perspectiva de valorização das ações em função da privatização, a Nippon exigiu que lhe fosse assegurado o privilégio de restabelecer sua participação original. Essa absurda pretensão foi atendida: conseguiu comprar as ações necessárias por US\$ 39,79 o lote de mil quando o cotação na Bolsa já era US\$ 523,90 — um pequeno lucro de 1.340%. Os comentários da *Hansons American Letters*, quando do escândalo da compra por Castello Branco/Roberto Campos da *Bond and Share*, continuam absolutamente atuais: o Brasil, mais do que qualquer *banana republic* da América Central ou do Caribe, deixa-se roubar da forma mais grotesca.

Liquidação da siderurgia a preço vilt

Para "limpar" o capital das empresas siderúrgicas, o Tesouro Nacional, pela Lei 8.029, assumiu US\$ 9,2 bilhões de dívidas da Siderbrás, a holding do sistema. Com isso, a Usiminas, a CSN e as outras empresas siderúrgicas estatais foram liberadas de dívidas (parte dessa dívida deve ter sido ocasionada pelos malabarismos que o Delfin Netto, "gordinho sinistro", andou praticando com a dívida externa). Obviamente essa anistia foi concedida em benefício dos futuros adquirentes e

empresas mais rentáveis, mantendo em mãos do Estado as antiquadas e deficitárias.

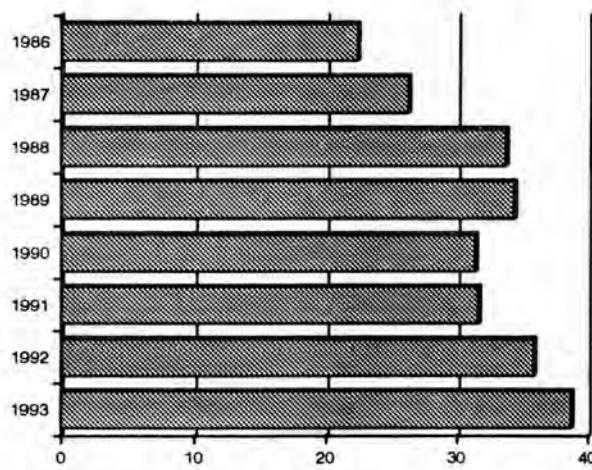
O patrimônio da Usiminas, que em razão de suas instalações, produção e rentabilidade, teria um valor efetivo de US\$ 12 bilhões, foi vendido por US\$ 1,65 bilhão. Um roubo a mão armada, igual ao que o crime organizado, em São Paulo e no Rio, está realizando contra os carros-fortes que transportam valores. Com duas diferenças: o lucro dos beneficiários é imensuravelmente maior e o assalto não é praticado violentamente. Não é necessário,

um recorde para o *Guiness*. Entretanto, considerando as formas de pagamento, o crime é muito maior. Do arrecadado no leilão da Usiminas, 73,3% foi pago com "moedas pobres" e 26,4% em "Certificados de Privatização". Em moeda corrente entraram somente Cr\$ 12,73 milhões, o equivalente, como denunciou a *Folha de São Paulo* (um jornal favorável à privatização) a 13% do preço de um Santana Quantum.

Isso porque a grande argumentação dos "moderninhos" era de que os recursos obtidos na venda das empresas do Es-

BRASIL

Exportações aumentam (em US\$ bilhões)



Fonte: *Folha de São Paulo*

em prejuízo do patrimônio público.

Usiminas é uma empresa moderna, com alto nível tecnológico, vende a metade da produção aos Estados Unidos, sem subsídios. Foi o "filé mig-non" oferecido pelo governo Collor ao setor privado. Tudo dentro da lógica do neoliberalismo de primeiro vender as

pois o tesouro é entregue pelo governo federal, especialmente pelos chefões do BNDES responsáveis pela alienação (é necessário anotar seus nomes: Eduardo Modiano e Montoro Filho).

Vender por US\$ 1,655 bilhão o que vale US\$ 12 bilhões já constituiria o maior roubo praticado em nível mundial:

10%

**DAS PESSOAS
OCUPADAS FICAM COM**

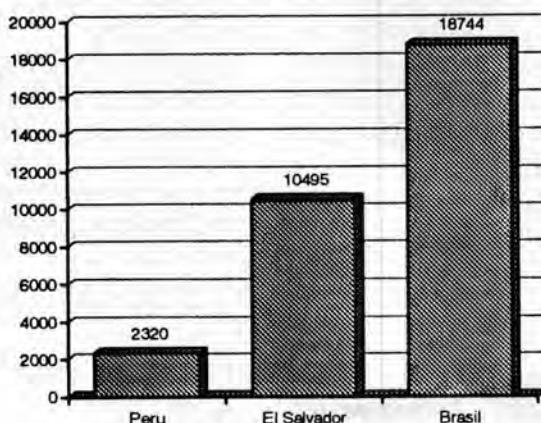
48%

**DO RENDIMENTO DO
TRABALHO NO PAÍS**

tado resolveriam a dramática situação do setor social (saúde, educação, alimentação popular, habitação e previdência).

O ocorrido com a Usiminas repetiu-se na alienação das demais siderúrgicas. Assim, a CSN, em Volta Redonda, onde se verificara (nos 52 anos de existência) um investimento de US\$ 6,07 bilhões (declaração do seu presidente, Sebastião Faria de Souza — *Folha de São Paulo*, 23/3/93). O edital de venda estabeleceu um preço mínimo em US\$ 1,59 bilhão. O valor apurado na venda terminou sendo Cr\$ 28,69 bilhões,

Brasil tem mais casos de cólera (nas Américas)



ou US\$ 1,05 bilhão (17% do investimento) (Folha de São Paulo, 7/4/93).

“A privatização da CSN é evento relevante para os que desejam ver o país inserido na modernidade”, afirmava eufórico Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (o mais importante resíduo da organização sindical fascista de Vargas) (Folha de São Paulo, 9/4/93).

O senador Franco, um dos líderes da “modernidade”, tem tudo para estar feliz: é amigo do peito do presidente Itamar, que na falta de uma primeira dama, nomeou a esposa do senador para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), promovendo-a depois ao Ministério do Bem-Estar Social. Para comprovar sua modernidade, Albano Franco ingressou no PSDB, o partido da moda.

Para felicidade dos “moderinhos”, consumou-se a liquidação do setor siderúrgico, o mais importante da área estatal, com uma capacidade de produzir 24 milhões de tonela-

A promessa fundamental dos privatistas era de que os recursos da venda das estatais seriam carreados aos setores sociais; deveriam sanar a catastrófica situação em que se encontram saúde e educação. Isso não aconteceu

das de aço/ano, com a metade vendida no mercado internacional sem subsídios, o que comprova sua capacidade de competitividade. Liquidou-se assim o monopólio do Estado. Um monopólio *sui generis*, pois dentro da lógica populista, vendia seus produtos no mercado interno com um mínimo de lucro ou mesmo com perda, em benefício das empresas privadas, nacionais e transnacionais. A velha prática de “privatização dos lucros”.

Monopólio privado versus monopólio estatal

Bozzano-Simonsen e o grupo Gerdau, com suas aquisições dos pacotes acionários majoritários das siderúrgicas, conseguiram formar outro monopólio ou oligopólio. Um monopólio privado em substituição ao monopólio estatal. Dentro da lógica do capitalismo selvagem, do neoliberalismo, que excluiu qualquer controle de preços, os grupos privados contemplados no plano de privatização da siderurgia vão impor sem restrições os preços mais altos possíveis na venda de seus produtos.

As empresas consumidoras de aço — tanto as nacionais, como as estrangeiras —, que saúdam com tanto entusiasmo o processo de privatização, vão pagar, assim que se consolide o controle do mercado pelo oligopólio, preços muito acima dos que os praticados antes pelas siderurgias estatais. Termina, assim, para as empresas consumidoras de aço, o privilégio da privatização de lucros, ou seja, o subsídio que recebiam das estatais. A privatização agora estabelecida beneficia somente os poucos integrantes do cartel. Praticamente toda a burguesia apóia histericamente a privatização das estatais. Essa, porém, somente beneficiará a uns poucos grupos. Eta burguesia burra!

Outro escândalo monumental se está verificando no relativo ao processo de privatização da Telebrás. Num movimento prévio, numa espécie de “privatização branca”, a estatal passou a vender suas ações na Bolsa sem prévio saneamento

financeiro, nem reavaliação dos ativos. Em consequência, a União controla atualmente apenas 25% do capital da holding.

O lançamento de debêntures acabou permitindo a venda de 75% do capital da empresa por US\$ 450 milhões, cerca de 8% do seu valor atual. Pelo seu valor de hoje, a Telebrás vale US\$ 8 bilhões. Apenas nesse período a valorização dos papéis chegou a 1.233% (Luis Nassif — Folha de São Paulo, 11/7/92).

Na hipótese do restabelecimento da Ética no território nacional, uma comissão da sociedade civil terá que submeter os responsáveis pelo descarado assalto ao patrimônio público às penalidades da lei.

Ou então se abrem as portas das penitenciárias a todos os acusados ou condenados por roubo e furto

Um esclarecimento: Nassif não é um "dinossauro"; é totalmente favorável à privatização. Porém tem denunciado sistematicamente as fraudes verificadas no processo de privatização do patrimônio público. É um neoliberal, porém honesto, em contraste com a quase totalidade dos "moderninhos", que mais assanhados ficam quanto maior é o roubo aos cofres da Nação.

Como já dissemos, a promessa fundamental dos privatistas era de que os recursos da venda das estatais seriam carreados aos setores sociais; deveriam sanar a catastrófica situação em que se encontram saúde e educação. Isso não aconteceu também no relativo à venda das ações da Telebrás. Uma vez mais nos valemos dos argumentos de Nassif:

Foi assim que o Citibank e o grupo Icatu lograram lucros excepcionais com a privatização branca da Telebrás (cerca de US\$ 400 milhões apenas para o Citibank), quando esse dinheiro poderia ter sido carreado para quitar débitos do governo com fundos sociais ou capitalizar a Previdência (Folha de São Paulo, 20/5/92).

Títulos desvalorizados usados na compra

Não somente os felizes adquirentes das empresas estatais ou das ações delas lançadas antecipadamente no mercado foram beneficiados nesse fabuloso "panamá" patrocinado por governos e economistas neoliberais. Igualmente agraciados na pirataria estão os portadores dos títulos que o governo decidiu pudessem ser utilizados na compra das estatais — "Títulos da Dívida Agrária" (TDAs) —, que chegaram a ser negociados no mercado paralelo de Nova Iorque por 18% de seu valor nominal; "Certificados de Privatização", adquiridos compulsoriamente pelas instituições financeiras e fundações; "Obrigações do Fundo Nacional de De-

senvolvimento", debêntures da Siderbrás; Títulos da Dívida Securitizada; e os Títulos da Dívida Agrária. Nassif explica o caso dos TDAs:

Na prática, o que significará a medida para o proprietário de, por exemplo, um

NO BRASIL EXISTEM

12 milhões

DE TRABALHADORES SEM-TERRA

Título da Dívida Agrária (TDA)? Tais papéis foram emitidos para pagar desapropriações rurais. Nos últimos tempos, quem lutava para ser desapropriado de suas TDAs precisava abrir mão de 75% de seu valor. Agora, caso o infeliz queira conservar o papel, poderá entrar em um leilão de privatização por 100% de seu valor de face, e (até) converter-se no (possivelmente) feliz proprietário de um pedaço de estatal.

O que levou o BNDES a reabilitar dívidas que estavam a um passo de tomar-se tão-somente um certificado na parede? (Folha de São Paulo, 2/4/91).

Os portadores dos Títulos da Dívida Agrária são fundamentalmente latifundiários expertos que conseguiram — numa das grandes negociações do governo Sarney — vender suas piores terras, as não-adequadas às práticas agrícolas, desapropriadas para assentamentos rurais. O Incra chegou a comprar milhares de hectares

que constituem leito marítimo. Agora são — os latifundiários — uma vez mais regiamente aquinhoados com a formidável valorização de seus títulos. A pergunta de Nassif — na hipótese de que a Ética chegue a ser reimplantada no Brasil — deverá ser respondida por Collor e os integrantes de sua equipe econômica, especialmente Eduardo Modiano, o “pai da matéria”, num tribunal do qual deverão sair diretamente para a prisão. Não custa expressar um pouco de otimismo: existe pelo menos 10% de possibilidades de que uma “campanha de mãos limpas”, a exemplo da Itália, possa triunfar em nosso país.

Não somente no plano federal ocorrem escandalosas falcatruas, assaltos ao patrimônio público. Orestes Quérzia, positivamente o mais bem-sucedido político brasileiro, que em duas décadas evoluiu de cantor de boleros nos cabarés de Campinas a titular de um patrimônio de US\$ 52 milhões (levantamento da Revista VEJA), protagonizou um processo de privatização que deve haver inspirado o próprio Modiano.

A pérola no colar de escândalos que foi o governo Quérzia e de sua continuação com Fleury é a privatização da Vasp. Jânio de Freitas, outro “dinossauro”, depois de comentar que “a palavra privatização tende a transformar-se, no português brasileiro, em sinônimo de escândalo”, mostra como

o governo Quérzia, contrariando a Constituição, a Lei de Privatização e um pare-

cer do Tribunal de Contas de São Paulo, injetou US\$ 12,5 milhões na empresa, depois de fixado o preço de venda. Beneficiou o futuro comprador, portanto, com igual dedução da dívida da Vasp.

cisa ser feito por baixo da mesa — o Banco do Brasil concedeu à Vasp as seguintes condições, para pagamento da dívida equivalente a US\$ 276 milhões: prazo até o ano 2010; cinco anos de carência, ou nenhum pagamento até o fim de 1995; e juros reais de 6% ao ano.

Cálculo atuarial, comparando tais condições com as vigentes no mercado financeiro, no qual os juros reais andam pelos 20% (em fins de 1993, já elevados a 45%), a Vasp está levando vantagem correspondente a US\$ 168 milhões. Ou o Banco do Brasil e seus acionistas estão levando desvantagem de US\$ 168 milhões em um empréstimo de US\$ 276 milhões.

Não tem importância. O governo e o Banco do Brasil vão buscar a diferença em cima dos devedores não-poderosos (Folha de São Paulo, 10/1/91).

Na hipótese do restabelecimento da Ética no território nacional, uma comissão investigadora composta por entidades representativas da sociedade civil terá que examinar em profundidade todo o processo de privatizações, e submeter os responsáveis pelo descarado assalto ao patrimônio público às penalidades da lei. Ou então se abrem — como medida eleitoral de justiça — as portas das penitenciárias e das prisões provisórias a todos os acusados ou condenados por roubo e furto.

Paulo R. Schilling é jornalista e escritor, e coordena o Projeto Especial Dívida Externa (CEDI). É autor do livro: “Mercosul: Integração ou dominação?”.

1,9 milhão

DE CRIANÇAS BRASILEIRAS ENTRE 10 E 13 ANOS TRABALHAM. ESTE NÚMERO EQUIVALE A

14,2%

DAS CRIANÇAS NESTA FAIXA ETÁRIA

Como o governo paulista iria injetar outros recursos até liquidar a dívida de US\$ 53 milhões que a empresa tinha quando da avaliação, Jânio concluía:

o governo Quérzia injeta US\$ 53 milhões na Vasp para vendê-la por um preço, que fixado em cruzeiros, equivale a US\$ 43 milhões (Folha de São Paulo, 5/8/90).

Em outro artigo, Jânio de Freitas mostra como a negociação da Vasp continuaria no plano federal:

O mesmo governo que se elegeu para “acabar com os favorecimentos e privilégios dos poderosos” vem de dar, através do Banco do Brasil, mais uma eloquente demonstração da maneira como cumpre aquele compromisso de honra.

Por “ordem de cima” — explicação clássica para o que pre-

CORRUPÇÃO — UMA TAÇA QUE EMBRIAGA

O fascínio e o preço da corrupção como desafio para o enfrentamento cristão no Apocalipse

Paulo Roberto Garcia

Um tema tão importante e atual como corrupção constitui um desafio para ser abordado por todos os segmentos de nossa sociedade. Para iniciar esta reflexão, oferecemos duas perguntas que apontam a dimensão de tal desafio.

Como abordar um assunto que a cada dia aponta um fato novo?

Este é o grande desafio que o tema apresenta. Paulo Schilling, outro articulista deste suplemento, fazia essa pergunta a si mesmo enquanto comentava sobre seu novo livro. O livro estava pronto quando estourou o escândalo da “lista do jogo do bicho”. Isso pediria um capítulo.

Esse mesmo sentimento surgiu quando terminávamos este texto e um dos envolvidos no escândalo da corrupção do Orçamento foi inocentado. Neste caso, o acusado era um evangélico. Isso apontava para o cerne deste artigo — o fascínio e o preço da corrupção como desafio para o enfrentamento cristão. Destacava, ao mesmo tempo, a relevância do tema.

Por isso, fomos levados a repensar o artigo, fortalecendo o eixo do significado da participação nos esquemas do poder que existem e na corrupção que advém dessa participação.

Como abordar o tema bíblicamente?

Esta é a segunda pergunta que nos desafia. A Bíblia não possui um capítulo especial “a respeito da corrupção”. Ao mesmo tempo, como o texto bíblico nasce em meio à vida, a corrupção não é algo estranho em suas páginas. Poderíamos relembrar alguns personagens que enfrentaram ou fizeram parte do problema, como Zaqueu, que sendo cobrador de impostos, fazia parte do “esquema corrupto da época”. Também temos Judas, o tesoureiro do grupo, sobre quem recaíam suspeitas (o qual acabou por vender Jesus aos poderes da época). Poderíamos abordar

a preocupação de Paulo (2 Co 8-9) em ter testemunhas de como ele gerenciava a coleta em favor de Jerusalém, a fim de não haver dúvidas quanto a sua honestidade. Esses são apenas alguns exemplos de espaços possíveis para a reflexão sobre o tema.

Optamos por trabalhar com o livro de Apocalipse. Nossa texto-base será Apocalipse 17.1-6, e lançaremos mão, ao mesmo tempo, de outros textos do livro. O eixo que vai direcionar a reflexão será o da sedução do poder econômico e o da fidelidade de uma comunidade diante desse poder.

O TEXTO

Um dos anjos das sete taças veio dizer-me: “Vem! Vou mostrar-te o julgamento da grande prostituta que está sentada à beira de águas copiosas: os reis da terra se prostituíram com ela, e com o vinho da sua prostituição embriagaram-se os habitantes da terra” (...) A mulher estava vestida com púrpura e escarlate, adornada de ouro, pedras preciosas e pérolas; e tinha na mão um cálice de ouro cheio de abominações (...) Vi então que a mulher estava embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus. (Apocalipse 17.1-6, Bíblia de Jerusalém)

O CONTEXTO DA COMUNIDADE DO APOCALIPSE

Estamos no final do primeiro século. O império romano domina o mundo. Sua administração é caracterizada por uma centralização no comércio e no poder. Com o poder dominava as nações e garantia a “paz”. Com a “paz romana” possibilitava o florescimento do comércio.

Roma consumia muito, e vivia do luxo e da ostentação. Por isso, necessitava de todas as riquezas da terra. Alcançava este objetivo mantendo a paz nas estradas, dominação entre os povos e garantindo o comércio que fazia a mercadoria sair dos lugares mais longínquos e chegar à cidade. Com isso, muitos dos príncipes e reis das nações enriqueciam com a dominação romana. O texto diz que “os reis da terra se prostituíram com ela”.

A esse esquema, somava-se o problema do culto imperial. O comércio se fundia à religião em brados de louvores ao grande imperador e à grande cidade que garantia paz e prosperidade. Como não louvar tão grande poder que garantia a paz e a prosperidade (de alguns)? Quem se voltasse contra esse poder só poderia ser inimigo, por isso deveria ser perseguido.

Esse era o conflito que se apresentava à comunidade e que deixava os cristãos num impasse: A vida só poderia ser viabilizada pela participação no sistema comercial e, consequentemente, na idolatria e nos pecados da cidade. O que fazer?

A vida só poderia ser viabilizada pela participação no sistema comercial e, consequentemente, na idolatria e nos pecados da cidade. O que fazer?

As Igrejas da Ásia Menor diante do Impasse

Pelas cartas constantes nos capítulos 2 a 4, percebemos que há igrejas que assumem posturas diferentes. Enquanto há igrejas pobres ou que sofrem perseguição, a igreja de Laodicéia é apresentada como rica. Ante a riqueza da igreja, o “Amém, a Testemunha fiel e verdadeira, o Príncípio da criação de Deus” professa palavras duríssimas:

Pois dizes: sou rico, enriqueci-me e de nada mais preciso. Não sabes, porém, que és tu o infeliz: miserável, pobre, cego e nu! Aconselhaste a comprar de mim ouro purificado no fogo para que enriqueças, vestes brancas para que

te cubras e não apareça a vergonha da tua nudez, e um colírio para que unjas teus olhos e possas enxergar (Apocalipse 2.17-18, Bíblia de Jerusalém).

O texto manda que ela compre linho e colírio porque está nua e cega. Ironicamente, esses produtos eram os principais que a cidade exportava. A igreja, portanto, participava do sistema comercial romano e estava enriquecendo com ele.

Para a igreja de Laodicéia, o Livro do Apocalipse é duríssimo. Ela é descrita como alguém que não é quente e nem fria, e deve, por isso, ser vomitada da boca do “Amém”. Sua única chance é a conversão (vv. 19, 20). Isso indica que o Livro faz uma leitura negativa tanto do sistema imperial quanto dos que participavam dele. Por quê?

Roma — opulência e dor

Para entendermos essa leitura negativa, vamos trabalhar as imagens que o texto de Apocalipse 17 usa para apresentar Roma, a imagem de uma prostituta. Antes, porém, devemos fazer uma ressalva. O Livro apresenta uma postura fortemente preconceituosa em relação à prostituição. As imagens são construídas a partir desse preconceito. Para este artigo, vamos trabalhar a imagem como expressão do posicionamento da comunidade diante do poder romano, sem entrar no mérito do preconceito (que seria tema para outra reflexão).

Roma é apresentada como uma prostituta riquíssima. Está cercada de luxo e de alegrias. Muitos produtos chegam até ela (18.11-13). Reis da terra compartilham seu luxo (18.9). Mercadores enriquecem graças a ela (18.25).

A riqueza de Roma foi construída na base da força dos exércitos e na sedução das riquezas. O sistema romano era baseado no favorecimento e no enriquecimento da elite em detrimento do povo. Essa elite era formada majoritariamente pelos donos do poder e por aqueles que se submetiam a eles.

Por isso, o nosso texto, ao apresentar a prostituta, monta um quadro forte. Ela é mulher rica e cercada de uma elite que se prostituía com ela. Todos são apresentados embriagados por vinho. A mulher tem uma taça na mão. Dentro dela um

vinho diferente, marcado por suas abominações e impurezas. Que impurezas são essas?

O texto segue descrevendo que ela está embriagada com o sangue dos santos e das testemunhas de Jesus. As impurezas e abominações são as práticas de Roma que vertem o sangue dos que são fiéis ao Cordeiro. Todo o luxo da idade e daqueles que se beneficiam dela está licenciado no sangue dos inocentes, daqueles que ficam à margem desse sistema.

Opulência e corrupção

O tema da corrupção não aparece de forma explícita no Apocalipse. Encontramos o tema da fidelidade que, no caso, é paradigma para os nossos dias. O que se pode questionar é o que significa ser cristão diante desse contexto. Para

A corrupção é uma negação da fidelidade a Deus. Em busca do favorecimento pessoal que sistemas de poder apresentam com suas seduções, pessoas se embriagam no sangue das vítimas que esse sistema produz

a comunidade, o sistema econômico que se embriaga no sangue dos mártires é um sistema que nasce do poder demoníaco do dragão (12-13). Participar desse sistema é, no mínimo, participar de uma contradição.

Há dois níveis de condenação no Livro: o primeiro mostra a cidade como a prostituta que atrai sobre si atenção e riqueza; o segundo aponta aqueles que, indiferentes à situação que está se abatendo sobre o povo, são seduzidos pelo poder e pela riqueza que emana desse sistema.

Neste segundo nível, encontramos pistas para aprofundar o tema da corrupção. A corrupção está vinculada à fidelidade. Para a comunidade do Apocalipse só existem duas opções: ou Deus ou o Dragão (Satanás). Os seres humanos devem fazer sua opção diante dessa conjuntura.

A comunidade é desafiada a ter uma posição de fidelidade ao Senhor da Vida, o Cordeiro em pé, que simboliza o Cordeiro ressurreto. Essa fidelidade era uma prova de fogo diante do sistema, uma vez que ele tinha o poder de fazer as pessoas adorarem o Dragão (capítulo 12). Que poder era esse?



Poder e sedução: “quem é comparável à Besta e quem tem poder de lutar contra ela?” (13.4)

Com a frase acima, encontramos os dois braços da sedução romana: o primeiro, a ideologia — quem é comparável a ela?; o segundo, complemento da primeira (ou vice-versa), o poder do exército.

Com esses dois braços, o poder corrompia povos e líderes, levando-os a aceitar o sistema romano pelos benefícios que advinham desse sistema. Aos que se recusavam, o exército se encarregava do “convencimento”. Pelos documentos desse período, vemos que as próprias pessoas dos lugares dominados se encarregavam de apontar aqueles que se voltavam contra a grande prostituta.

Isso mostra que a sua sedução embriagava os povos e até mesmo as pessoas que compunham a comunidade de fé, como foi o caso de Laodiceia. A corrupção aqui aparece a partir da sedução poderosa que a cidade exerce. Para se manter rica, a cidade distribui favores e prazeres, e muitos os aceitam.

No Livro do Apocalipse, a corrupção é uma negação da fidelidade a Deus. Em busca do favorecimento pessoal que sistemas de poder apresentam com suas seduções, pessoas se embriagam no sangue das vítimas que esse sistema produz. Aí se resume o problema. Esse tipo de sistema, ao distribuir favores para receber favores, necessita criar vítimas, pessoas imoladas pela sede de ostentação que tal sistema necessita para sobreviver.

Apocalipse e Brasil: um diálogo triste

O problema na lógica da corrupção está na participação de mecanismos vitimários, os quais imolam pessoas para se embriagarem no seu sangue. Aqueles que são seduzidos tornam-se participantes dos pecados do sistema.

Enquanto o esquema da corrupção privilegia alguns poucos, vitima uma grande maioria da população que se vê privada dos requisitos básicos de sobrevivência. Participar dele é alimentar esse princípio de marginalização e morte de uma parte substancial da população.

Diante disso, o Livro do Apocalipse desafia a comunidade da Ásia Menor no final do pri-

meiro século: “Sai dela, ó meu povo, para que não sejais cúmplices dos seus pecados e atingidos por suas pragas” (Apocalipse 18.4, Bíblia de Jerusalém).

A comunidade é chamada a romper com o esquema de corrupção, a não aceitar a sedução da grande prostituta. A ordenança é simples: não participar dos seus pecados.

Infelizmente, esse diálogo se apresenta hoje para o Brasil com a mesma intensidade que se apresentou para aquela comunidade. A corrupção é subproduto de um sistema fundamentado na troca de favores e interesses. Um sistema montado a partir de interesses de pequenos grupos os quais, na sedução da ostentação do poder, buscam acumular vantagens em detrimento de uma grande faixa da população que, por essa mesma lógica, é condenada à margem. Um sistema *robin-hoodiano* ao inverso, no qual se tira de uma grande faixa da população para dar aos ricos.

Essa lógica vale para todos os seres humanos. Contudo, para nós, cristãos, tem um caráter mais normativo. O Livro do Apocalipse, como parte da Bíblia, pertence à nossa herança de fé. Romper com os pecados do sistema vitimário que tem na corrupção um braço poderoso é o desafio a ser assumido, a fim de que não participemos dos pecados desse sistema. Também não faremos parte dos que irão chorar quando ele vier por terra (Apocalipse 18).

Os mercadores destes produtos, que se enriqueceram graças a ela, postar-se-ão à distância, por medo do seu tormento; e chorando e enlutando-se, dirão:

“Ai, ai, ó grande cidade,
vestias linho puro,
púrpura e escarlate,
e te adornavas com ouro,
pedras preciosas e pérolas:
numa só hora tanta riqueza foi reduzida a
nada” (Apocalipse 18.15-17, Bíblia de Jerusalém).

Paulo Roberto Garcia é pastor metodista, coordenador acadêmico e professor de Novo Testamento na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo/SP). É colaborador do Pp.